

# O CONTEXTO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS FRENTE ÀS DIFERENCIAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO

Jaqueline Mallmann Haas<sup>1</sup> e Jairo Alfredo Genz Bolter<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo se inscreve no contexto da ascensão, nos debates sobre o desenvolvimento rural, da chamada abordagem territorial, tendo o objetivo de entender e caracterizar o processo de diferenciação historicamente estabelecido no espaço agrário da região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul. Ao caracterizar a diversidade intraterritorial do espaço em estudo, pretende-se debater a necessidade de considerar o processo de diferenciação (intraterritório) nas discussões atuais acerca das políticas territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo de diferenciação. Abordagem territorial. Políticas públicas.

## THE CONTEXT OF TERRITORIAL POLICIES IN THE FACE OF DIFFERENTIATIONS OF AGRARIAN SPACE

**ABSTRACT:** This study aims highlights debates about the rural development of the territorial approaches, to understand and characterize the established historically differentiation process in the agrarian spaces in the Missões Region, in Rio Grande do Sul – Brazil. To conclude, in order to characterize the intra-territorial diversity, we intend to debate the necessity of considering the differentiation process (intra-territory) in the recently discussions about territorial politics.

**KEY WORDS:** differentiation process, territorial approach, public politics (policy)

### 1 INTRODUÇÃO

Frente às transformações de ordem qualitativa e quantitativa, que ocorrem no espaço rural, as ações e estratégias de desenvolvimento passam a atentar para questões locais e regionais, mais recentemente denominadas territoriais. Neste sentido, faz-se necessário compreender a dinâmica e a complexidade dos processos que envolvem o rural, considerando todas as esferas, desde a cultural até a econômica e social. A regionalização de ações passa a ser um fator relevante, na promoção dos processos de desenvolvimento, nas sociedades contemporâneas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Área de Concentração: Gestão e Política de Desenvolvimento. jairolbolter13@yahoo.com.br.

Atualmente, é reconhecido que as diferenciações encontradas em um determinado espaço agrário são resultantes da inter-relação dos aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais, os quais, por sua vez, caracterizam uma determinada realidade rural. Nesse contexto, cada área em particular é de fato um caso de combinação única entre fatores internos e externos, e é justamente essa circunstância que determina a competitividade de um espaço geográfico, independentemente do estágio de desenvolvimento em que se encontra (DANS, 1993; MATOS, 1997; SARACENO, 1997).

Neste enfoque, considerando a presente década, uma marca peculiar é a ascensão da chamada abordagem territorial do desenvolvimento rural (VEIGA et al., 2001; ABRAMOVAY, 2003; FAVARETO, 2007). Em relação à política pública, tal abordagem se materializou na criação de uma secretaria específica — a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) — no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os principais objetivos dessa secretaria referem-se ao estímulo à constituição de “territórios rurais”, entendidos como conjuntos de municípios agrupados a partir da predominância de elementos rurais (baixa densidade demográfica e pequena população), de critérios de proximidade geográfica e coesão social (SDT/MDA, 2005); bem como à gestão de programas que visem ao desenvolvimento sustentável desses territórios, baseado nos recursos do Pronaf Infra-estrutura.

O formato institucional para a implementação do programa do MDA se traduz nos chamados Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs) ou, em alguns casos, nas Comissões de Instalação das Ações Territoriais (CIATs). Esses colegiados e comissões são conhecidos como fóruns participativos, que devem se responsabilizar pela gestão das políticas e programas de desenvolvimento, além da aplicação dos recursos do Pronaf Infra-Estrutura, que era, anteriormente, atribuição dos conselhos municipais.

Experiência semelhante o estado do Rio Grande do Sul vivenciou em 1994, quando constituía os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), cuja finalidade era de promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável.

Entretanto, observa-se facilmente, hoje, uma enorme diversidade quanto à ocupação do solo, às condições agroecológicas, e às características culturais no interior dos territórios e Conselhos anteriormente estabelecidos. Situação que acaba colocando em xeque a implementação de políticas gerais e padronizadas para os espaços agrários.

A diversidade de situações, acrescidas das tradicionais políticas padronizadas, fez com que esses “espaços” se tornassem meras instâncias de aquisição de recursos, principalmente, para os municípios mais “articulados”. Ou seja, a cada ano, destina-se uma quantidade de recursos aos territórios, ou, em alguns casos, ainda, por não existir um “entrosamento” entre os municípios e, por conseguinte, entre os membros que compõe os Conselhos, os recursos

acabam destinados aos municípios que melhor articulam suas propostas, ou seja, não há uma lógica territorial na distribuição dos recursos.

A partir da experiência do estado do Rio Grande do Sul, com os COREDEs, é possível afirmar que, os territórios são espaços em construção e a compreensão desse processo só é possível mediante a análise de sua trajetória histórica. Tal análise tornará possível responder ou compreender melhor as relações e a inserção em nível mundial, nacional, regional e local, assim como as atuais relações ambientais, culturais, sociais e econômicas desses espaços.

Uma vez constatada a diversidade intraterritorial e considerando os propósitos da política nacional de desenvolvimento territorial, o objetivo deste estudo consiste em caracterizar o processo de diferenciação historicamente estabelecido no espaço agrário da região das Missões, do Estado do Rio Grande do Sul (também denominada COREDE-Missões e mais recentemente Território Rural Missões), com o propósito de debater a necessidade de considerar o processo de diferenciação intraterritório nas discussões atuais acerca das políticas territoriais.

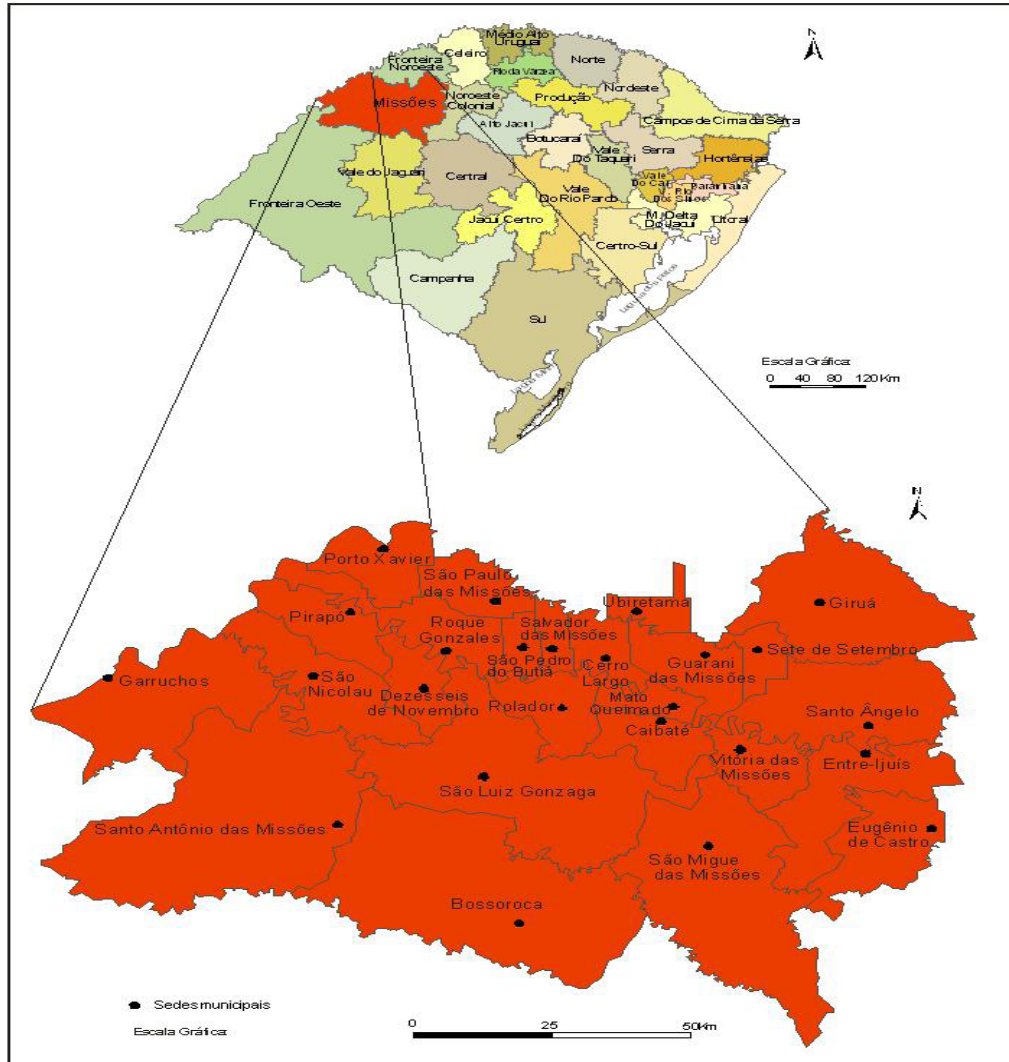
### 1.1 Metodologia

O presente estudo utilizou como procedimento metodológico geral, o método de análise de espaços agrários, conhecido como Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (MAZOYER ROUDART, 2001; DUFUMIER, 2007; SILVA NETO; BASSO, 2005). Tal método foi empregado com o objetivo de estabelecer uma possível divisão do território que compõe a Região Missões, identificando microrregiões homogêneas de acordo com as trajetórias de evolução histórica.

Como característica do método de pesquisa, a análise dos sistemas agrários pressupõe o exercício de retroceder no tempo para melhor explicar o presente, possibilitando o entendimento de certos fenômenos atuais. Essa característica deve-se às noções de *inter-relação* e *processo* que estão contidas na análise de sistemas agrários. As respostas destas questões entre outras, formam o banco de informações que permite a reconstituição de cada período que compõem todo o processo de evolução dos sistemas agrários, possibilitando também a identificação dos acontecimentos que marcam o momento de transição entre cada período. O exercício de reconstituir o processo de evolução dos sistemas agrários é importante na medida em que se pretende trabalhar, por exemplo, com questões que estão vinculadas, direta ou indiretamente, ao processo de desenvolvimento rural, como: o simples conhecimento da dinâmica desse desenvolvimento; o propósito de definir orientações para esse desenvolvimento; a implementação de projetos, e, ainda, a formalização de políticas públicas.

Definido o método empregado, a região estudada está localizada ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo composta por 25 municípios<sup>3</sup>, conforme FIGURA 1:

FIGURA 1 - Localização e Composição da Região Missões/RS.



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (adaptado), 2008.

<sup>3</sup> Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

## 2 A NATUREZA DAS DIFERENCIAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO

Segundo Santos (1997, p. 41):

Uma das características do espaço habitado é, pois, a sua heterogeneidade, seja em termos de distribuição numérica entre continentes e países (e também dentro destes), seja em termos de sua evolução. Aliás, essas duas dimensões escondem e incluem outra: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida, etc.

O meio rural, em específico, apresenta, como uma de suas principais características, a diversidade de situações, sejam elas econômicas ou agrárias, fruto de séculos de história e privilégios para determinadas classes e produções. No entanto, essa característica de diversificação de situações, apenas recentemente se tornou referência de muitos estudos, devido à importância, especialmente política, que se tem dado aos espaços regionais.

Essa diversidade é resultante, inicialmente, da própria evolução dos sistemas agrários do mundo. Uma vez que, em seus primórdios, a agricultura era realizada com cultivo itinerante, passando, posteriormente, a fixar-se em determinados lugares, fazendo uso do cultivo de terras associado à pecuária. Estes sistemas sempre desenvolvidos com fim de auto-suficiência (MAZOYER, 1981).

Quando a agricultura passa a ter fins econômicos, necessita-se uma intensificação de produções, sendo este um fator que propicia o início das principais diferenciações entre as regiões do meio rural. Diante disso, diferentes sistemas de produção passam a ser praticados, cada qual, adequado a sua realidade.

Com o crescimento e desenvolvimento do setor industrial, passa a se ter a oferta de produtos químicos (fertilizantes e herbicidas), de novos meios de transporte, de estocagem e de conservação. Essa nova realidade faz com que a demanda por mão-de-obra diminua no meio rural e que se inicie um processo, que permanece até os dias atuais, de migração de agricultores para os grandes centros em busca de trabalho no setor industrial (MAZOYER, 1981).

Nesse sentido, os sistemas de produção menos rentáveis economicamente tendem a desaparecer, dando lugar a sistemas mais especializados e viáveis financeiramente. Também se dá prioridade a regiões com vantagens físicas de produção, fazendo com que outras fiquem marginalizadas, surgindo assim uma nova paisagem no meio rural. Além disso, o desempenho/acumulação de alguns agricultores resulta na exclusão de outros, em uma mesma região (MAZOYER; ROUDART, 2001).

Este cenário levou a uma padronização das ações referentes ao meio rural, especialmente quando estas se vinculavam ao Estado, que fez com que por anos se apresentasse à sociedade rural soluções uniformizadas, não levando em conta a diversidade de realidades, ou seja, pensava-se em soluções para uma sociedade homogênea. Após sucessivos problemas revelados por essa forma de ação, uma

nova tentativa surgiu, baseando-se nas especificidades de cada realidade. Assim, passam a ser privilegiados os projetos que apresentam possibilidade de adaptação a várias realidades.

Para tanto, segundo Featherstone (1996), dentre as mudanças que estão ocorrendo na fase atual da globalização intensificada, está a procura em redescobrir a particularidade, o localismo e a diferença, que geram uma noção dos limites dos projetos culturalmente unificadores, ordenadores e integradores associados à modernidade ocidental. Froehlich (1999) resume essa questão, ao fazer uma análise partindo da premissa de que frente à crise desencadeada pelo processo de acumulação fordista a intenção é pela passagem do paradigma funcionalista para o paradigma territorial, considerando:

[...] a localidade passa a converter-se em suporte de uma sociedade composta por atores que se relacionam, que tem capacidade de atuação frente aos problemas a resolver, que contam com recursos e que podem e devem participar em seu próprio desenvolvimento (FROEHLICH, 1999, p. 2).

Frente a esse cenário, Maluf (2000), coloca que o comunitário, o local e o regional, como territórios ou como espaços socialmente construídos, tornaram-se referências indispensáveis quando se trata de propostas de desenvolvimento.

O território, conforme definição de Souza (1996), é entendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, dito de maneira mais precisa, é um "campo de força" concernente a relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. No entanto, segundo Guerrero (1996), um dado espaço territorial não desperta por decreto, mas sim deve existir através de uma tomada de consciência e de uma vontade decidida de reação.

Remetendo-nos ao espaço rural, em específico, Abramovay (2003) aponta que é justamente uma visão territorial do desenvolvimento que pode revelar os potenciais que até hoje o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Entretanto, quando encarado como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. O maior desafio, então, segundo o autor, consiste em dotar as populações rurais das prerrogativas necessárias para que elas sejam as protagonistas centrais na construção dos novos territórios.

### **3 AS ORIGENS HISTÓRICAS DO TERRITÓRIO DAS MISSÕES**

O atual território, aqui denominado Região Missões, apresenta no seu processo de ocupação, segundo historiadores, a presença hegemonicamente do povo Guarany, os quais teriam chegado à região via rio Uruguai, ainda no século V. O vale do rio Ijuí é indicado como sendo a via principal de acesso para a penetração dos Guaranis no território que hoje se configura com a Região Missões.



A região com mata, solos férteis, fauna e flora abundantes, foram o *habitat* perfeito para os Guaranis, pois podiam desenvolver sua agricultura, cujas técnicas eram baseadas na derrubada e queimada da floresta em pequenas áreas. Nestas cultivava-se milho, mandioca, feijão, batata-doce, abóbora, algodão e fumo. A caça, bem como a coleta de frutas, raízes e de folhas de erva-mate, ocorriam nas áreas dos campos próximos, onde prevaleciam solos de menor fertilidade, os quais não favoreciam os cultivos (NOGUEIRA, 2007).

Anos posteriores, os espanhóis chegaram à região com o intuito de dominar os povos Guaranis, empregando a força militar como mecanismo fundamental. A exploração dos povos Guaranis aconteceu devido à formação da colonização espanhola, que se organizava em torno da obtenção de minérios preciosos do Alto Peru, provocando, assim, a ocupação territorial, sujeição e exploração dos índios Guaranis. Também havia necessidade de ocupação das terras cultiváveis, que se destinavam à produção de bens de consumo para o abastecimento das frentes extrativistas e para o mercado interno de Buenos Aires (TESCHE, 2007).

Visando a reforçar a ocupação do território, em 1586, chegaram os Jesuítas na região de Assunção - Paraguai. Entretanto, os Jesuítas, discordando de imediato da escravidão dos Guaranis, convenceram o rei Felipe III a terminar com a escravidão e a autorizar a "catequização" dos Guaranis, permitindo, assim, reuni-los em reduções, tornando-os produtivos e inseridos ao mercado, e, conseqüentemente, geradores de impostos à Coroa Espanhola (STAMBERG, 2006).

Na busca de riquezas minerais e de mão-de-obra escrava, os Bandeirantes Paulistas atacam militarmente e destroem por completo as reduções que haviam se estabelecido, obrigando os Guaranis e os Jesuítas a se refugiarem nas matas, à margem direita do rio Uruguai.

Somente em 1687, com apoio do exército da Coroa Espanhola, os Jesuítas retornam à margem esquerda do rio Uruguai, para ocupar e manter as terras de domínio Espanhol, avançando agora pelo rio Ijuí, e fundando os "Sete Povos das Missões" (TESCHE, 2007).

Com o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, em 1750, novamente os Guaranis, juntamente com os Jesuítas, são expulsos para a margem direita do rio Uruguai. O tratado determinava a troca de territórios, passando para a Espanha a Colônia de Sacramento (atual Uruguai) e para Portugal a região dos Sete Povos das Missões. Revoltados, alguns Guaranis se rebelaram contra as decisões desse tratado, passando a lutar contra os exércitos portugueses e espanhóis, na chamada "Guerra Guaranítica". Ao final, os exércitos derrotam os Guaranis, dizimando a maior parte da população, que possuía aproximadamente 600 mil, sobrando apenas ruínas das reduções (NOGUEIRA, 2007).

Anulado o Tratado de Madri, em 1761, retorna o território dos Sete Povos das Missões para o domínio espanhol. Com isso, Guaranis e Jesuítas são obrigados a retornar às antigas reduções, as quais se encontravam totalmente destruídas,

sendo necessário um processo de reconstrução. Novo combate entre Espanha e Portugal volta a acontecer, agora, com Guaranis lutando ao lado do exército espanhol (TESCHE, 2007).

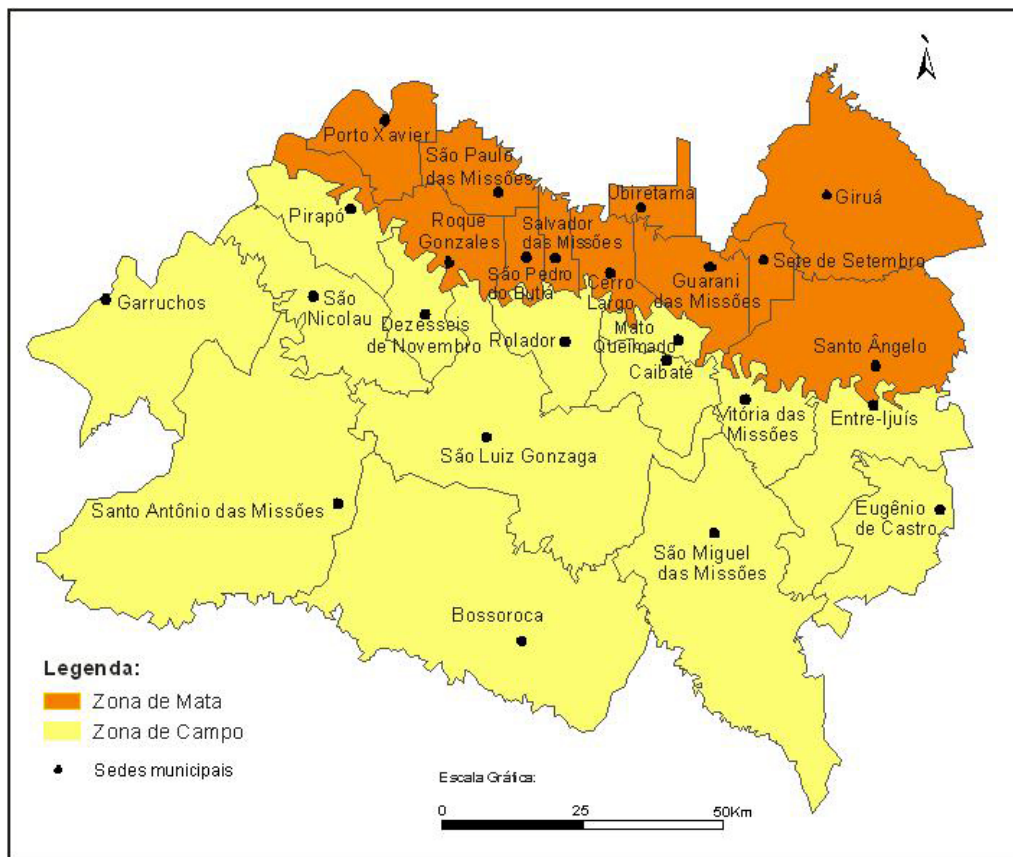
Instaura-se a paz novamente entre os dois países. Já no ano de 1763, ocorre um ataque dos índios Guaranis ao exército português na Colônia de Sacramento, onde são responsabilizados os Padres Jesuítas. Este fato, aliado ao medo crescente da Coroa Espanhola, de que essas reduções se transformassem em repúblicas independentes, ocasiona novamente na expulsão dos Jesuítas e a entrada de militares nas reduções, provocando assim um declínio das reduções e da nação Guarani (NOGUEIRA, 2007). Em 1801, no início do século XIX, os portugueses voltam a conquistar o território dos Sete Povos das Missões, desta vez sendo expulsos os militares espanhóis que administravam as decadentes reduções. Com todos esses acontecimentos, as reduções são praticamente abandonadas, e as matas dominam os territórios.

Como herança das abandonadas reduções, permanece um grande rebanho de gado, cavalos e ovelhas, que passaram a se criar livremente sobre os campos nativos. Constituindo-se em um atrativo econômico para os portugueses, que passaram a desenvolver a atividade da pecuária extensiva (SILVA NETO; FRANTZ, 2005).

A partir desse período, percebe-se uma clara divisão da região Missões do estado do Rio Grande do Sul em dois diferentes espaços: Sistema Agrário de Mata e Sistema Agrário de Campo, os quais tinham características bem distintas, sendo o Rio Ijuí, o divisor desses espaços, conforme FIGURA 2.



FIGURA 2 - Divisão Histórica da Região Missões/RS



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (adaptado), 2008.

### 3.1 A conformação do sistema agrário de campo

A partir da concessão de terras pelo modo de Sesmarias (extensas áreas de campo concedidas pela Coroa Portuguesa, medindo 13 léguas de campo), nas antigas áreas das reduções jesuíticas, ocorre a formação de um sistema agrário com base na pecuária extensiva.

Após a conquista definitiva do território dos Sete Povos das Missões pelos portugueses, os rebanhos de bovinos e equinos, que se procriavam livremente, começam a atrair a atenção de chefes de milícias que buscavam se apoderar dessas terras e conseqüentemente desses rebanhos.

Com o intuito de garantir sua hegemonia na região, e também como forma de premiação aos soldados e chefes militares, a Coroa Portuguesa distribuiu a terra da região, no início do século XIX, legitimando a posse de quem assim provasse ser aliado e comprometido com a intenção da Coroa, conforme Cafruni (apud SILVA NETO e FRANTZ, 2005, p. 49):

Era muito fácil obter um campo. Bastava uma petição ao comandante da fronteira ou aos comandantes dos Povos (Missões), e o despacho deferido, completava um título de legítima aquisição. Outros, porém, nem se deram a esse trabalho. Tomavam posse de um rincão devoluto, aí se conservando, até que a sávia lei de 18 de setembro de 1850 tornou legitimáveis todas as ocupações e as concessões dos comandantes, uma vez havendo cultura efetiva e moradia habitual.

O primeiro sistema de produção desenvolvido pelas estâncias de sesmarias foi o de incorporação e “domesticação” dos animais xucros que se encontravam nas áreas. A mão-de-obra, composta de peões remanescentes de índios Guaranis e mestiços, tinha a função de recolher, abater e retirar o couro dos animais.

Passados os anos, com o crescimento da população, o mercado interno e externo ao país passa a demandar por mais carne. Em função disso, os pecuaristas da região têm um período de estabilidade econômica, até a crise no preço do gado devido à depressão econômica do mercado internacional de 1929.

No período de estabilidade, ocorre a intensificação no uso de cercas de arame farpado, nas áreas de pastagem, aumentando o número de piquetes. Também ocorre o aumento do uso de sal para o gado, assim como evolui o melhoramento genético das raças com aptidão para produção de carne, via cruzamentos de raças, proporcionando uma tímida evolução na produtividade (PESAVENTO, 1978).

Com a divisão das estâncias pelo processo de hereditariedade, houve uma diminuição no tamanho das áreas das propriedades e do rebanho. Além do processo produtivo da pecuária extensiva, praticado na região nesse período, provocar extração de nutrientes do solo maior que a reposição via urina e esterco do gado, e levar a uma degradação das pastagens do campo nativo, provoca assim uma estagnação da produção no final da década de 1940 (PESAVENTO, 1978).

Frente a este novo contexto, de diminuição do lucro na atividade pecuária, e, por outro lado, de desenvolvimento da cultura do trigo, que se tem nesse período, muitos proprietários arrendaram terras para agricultores oriundos das áreas das “colônias”, os quais introduziram o cultivo de grãos na região de campo.

Na década de 1980, introduzem-se novas técnicas de manejo e uso do solo, especialmente, através de práticas conservacionistas<sup>4</sup> que revigoram o sistema de produção agrícola da região, incorporando novas culturas, como milho e aveia. A rotação de cultura passa a ser utilizada com o intuito de evitar doenças e a erosões dos solos (TESCHE, 2007). Todo esse processo faz com que muitas propriedades, especialmente as grandes, passam a se especializar na produção de poucas culturas, sendo a soja a principal delas.

---

4 Práticas conservacionista: curvas de nível, plantio em nível, terraceamento, controle de voçorocas e incorporação da palha de resteva e subsolagem profunda.

Entretanto, ainda é possível encontrar fazendas remanescentes das antigas estâncias, mas agora com uma pecuária mais moderna, apresentando: divisão dos poteiros; plantio direto de pastagens anuais, como aveia e azevém; controle de ervas daninhas com roçadeiras; melhoramento genético do rebanho; controle de parasitas e doenças com uso de produtos veterinários (STAMBERG, 2006). Prevalecendo nessas fazendas a relação entre peão e patrão, sendo muito semelhante ao sistema agrário antigo.

Uma nova situação, bastante presenciada nos últimos anos, refere-se à fragmentação da área total das fazendas, a fim de que parte dessa área seja arrendada para produção de grãos no verão, em troca da implantação, na área arrendada, de pastagem de aveia ou azevém, as quais serão utilizadas para a engorda do gado no período de inverno.

### **3.2 A conformação do sistema agrário da mata**

Refugiados nas matas da região, os Guaranis, remanescentes das reduções jesuíticas destruídas e das guerras entre Espanha e Portugal, dividem lugar ainda com os mestiços e os caboclos.

Os caboclos, localizados nas margens das matas, viviam em famílias isoladas, em pequenos lotes de terra, relacionando-se apenas com estancieiros por meio da prestação de trabalhos esporádicos, estes sendo remunerados e referentes às lidas pecuárias, ou relacionavam-se com os compradores de ervamate.

Com a vinda dos primeiros imigrantes europeus, o cenário do estado gaúcho sofre modificações. Essas imigrações contaram com o apoio do Governo Imperial Brasileiro, e eram oriundas da Alemanha, a partir de 1824, e, poucos anos depois, também se teve a vinda dos imigrantes italianos e poloneses.

A primeira região a ser colonizada pelos imigrantes é a do Vale do Rio dos Sinos e, depois, avança-se para o Vale do Taquari. Com o aumento natural das famílias, ocorre a necessidade, no início do século XX, de migração para novas terras, essas denominadas agora de "colônias novas" (NIEDERLE, 2007).

O processo de colonização da região noroeste do Rio Grande do Sul, conhecida como "colônias novas" se deu em 1890. Segundo dados de Roche (1969), foi neste ano que se formou a primeira "colônia nova", chamada Colônia Ijuí. Já no início do século XX, com a estrada de ferro que chegou a Santo Ângelo, em 1914, começava mais intensivamente o processo de colonização das áreas de mata da região Missões, através de companhias colonizadoras, que comercializavam lotes de terra de 25 hectares, constituindo uma colônia de terra por família (TESCHE, 2007).

Entre os primeiros cultivos destaca-se o milho, feijão, mandioca, arroz, batata inglesa, abóbora, amendoim, ervilha, cana-de-açúcar, batata-doce, alfafa, cevada e trigo. Os instrumentos de uso comum eram o machado, foice, facão,

enxada, pá, cavadeira e, posteriormente, o arado de tração animal. Quanto às criações, possuíam-se algumas vacas de leite, galinhas e criavam suínos confinados em pocilgas de madeira. A colheita era manual através de mutirão<sup>5</sup> e a debulha dos grãos era realizada com manguá (uma vara de madeira com um cinto de couro pesado e flexível na ponta) ou casco de cavalo, que pisoteavam sobre as vagens realizando a debulha, esse processo ocorria em cima de panos de algodão (TESCHE, 2007).

Nos primeiros anos da colonização, a produção, destinava-se basicamente para o consumo das famílias, tendo destaque a erva-mate, moída por monjolo movido à água, que também moía o milho e o trigo utilizados para fazer canjica e farinha.

Após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura tradicional passa a sofrer um sensível declínio, inicialmente nas áreas de ocupação mais antiga, e, posteriormente, nas áreas de ocupação mais recente.

Estes e outros fatores, acumulando-se nas décadas de 1950 até meados de 1960 resultaram em agricultores empobrecidos e desestimulados, obrigando muitos a migrarem para outras regiões do país, especialmente, para Santa Catarina e Paraná. Além disso, em muitos casos, ocorreu o êxodo rural, processo onde os agricultores abandonam suas atividades na agricultura e migram para os grandes centros urbanos, em busca de trabalho.

Com o advento do processo de modernização, percebe-se uma acentuação no desmatamento das pequenas propriedades rurais da região. Isto ocorre com o objetivo de abrir novas áreas para a agricultura, devido ao incentivo ao cultivo de trigo e da soja, bem como da necessidade de plantio do milho, o qual era de fundamental importância às pequenas propriedades rurais, pois tinham em seus sistemas de produção a criação de suínos e gado de leite.

A primeira cultura em que foi implantado novas técnicas de cultivo e manejo do solo, bem como as primeiras mudanças nas relações sociais de produção, na região, foi a cultura tritícola. O trigo comandou o processo de modernização da agricultura da Região Missões até início da década de 1970, quando devido a frequentes frustrações na safra, foi superado pela soja, em rápida expansão na época (NIEDERLE, 2007).

Até início da década de 1980, foi respeitável a expansão da lavoura de soja na região, o que caracterizou uma fase marcada pela monocultura. Posteriormente, registram-se sucessivas frustrações na safra, que passam a abalar a agricultura da região novamente.

As pequenas propriedades rurais se tecnificaram para atenderem o mercado, e não serem excluídas por completo, passando a utilizar tratores,

---

<sup>5</sup> Trabalho gratuito de ajuda mútua realizado entre as famílias, caracterizando a reciprocidade, típica das sociedades camponesas (WOLF, 1976).

arados de disco, grades de disco, semeadeiras, colheitadeiras, enfim, fazendo uso das máquinas e implementos que a indústria disponibilizava. Porém, uma característica da pequena propriedade rural dessa região sempre permaneceu: a produção de alimentos para o autoconsumo da família. Destaca-se o cultivo do feijão, batata-doce, mandioca, abóbora, batatinha e frutíferas, além das criações de galinha e outros animais (NIEDERLE, 2007).

Os agricultores, totalmente equipados e voltados para uma única cultura, necessitaram de quase uma década para perceber a importância da mudança na produção, ou melhor, a diversificação da produção.

Atualmente, a característica que se acentua, na região das colônias, é a especialização em uma única atividade, em nível de propriedade. No entanto, em nível de região, percebe-se uma diversificação, uma vez que as unidades de produção tem se especializado em diferentes atividades. Desenvolve-se também em larga escala as atividades de subsistência nas unidades de produção, contudo as mesmas servem para a alimentação básica da família e comercialização esporádica. Adiciona-se a esse sistema o início de atividades de agroindustrialização.

#### **4 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A RECONFIGURAÇÃO DA DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL**

Com o passar dos anos, e com a diversidade de situações instaladas, identificou-se, a partir de estudos mais detalhados (HAAS, 2008), uma reconfiguração do cenário regional das Missões/RS, e, conseqüentemente, dos municípios pertencentes a cada espaço agrário anteriormente identificado.

Para a compreensão da realidade atual do espaço em estudo, utilizou-se da Análise Estatística Multivariada (Análise Fatorial e Análise de Agrupamento), examinando-se 48 variáveis socioeconômicas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e da Fundação Estadual de Economia e Estatística – FEE (conforme Apêndice 1). Tal procedimento levou a identificação de cinco distintos grupos de municípios, os quais estão abaixo referenciados, com a denominação de zona, apresentando suas respectivas características.

*Zona 01* - Abrange os municípios de Guarani das Missões, Giruá, Vitória das Missões, Entre-Ijuís, Eugenio de Castro, Sete de Setembro e Ubiretama. A denominada zona 01 tem como característica predominante as culturas de grãos, tanto nas pequenas como nas grandes propriedades. A soja é a cultura de destaque, sendo ela responsável, em média, por 64% do Valor Agregado Bruto (VAB) Agropecuário dos municípios.

A Zona 01 apresenta ainda a menor área ocupada pela pecuária em relação às demais zonas, bem como o menor número de ocupantes, quando se diz respeito à condição do produtor.

*Zona 02* - Caracterizada especialmente por apresentar uma estrutura fundiária com presença de pequenas propriedades e uma matriz produtiva

baseada na especialização, tanto da suinocultura como da bovinocultura leiteira. A Zona 02 compreende os municípios de São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro e São Pedro do Butiá.

Por seu relevo mais acidentado e estrutura fundiária reduzida, a área média dos estabelecimentos de Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Salvador das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá é, respectivamente, de 12, 21, 12, 11 e 12 hectares.

Tradicional na criação de suínos, a Zona 02, encontra-se atualmente especializada em apenas uma fase da produção, a criação de leitões, ficando as propriedades conhecidas como Unidades Produtoras de Leitões (UPLs). Após essa fase, os leitões são transportados para outros produtores especializados nas demais fases de criação, situados normalmente fora da região de abrangência das Missões.

Destaca-se ainda, na Zona 02, que somente 1% dos estabelecimentos tem mais de 100 hectares, é a zona que apresenta a maior área ocupada pela produção mista, ou seja, lavoura e pecuária. Registra também a menor participação da pecuária no VAB Agropecuário municipal, tendo, em contrapartida, a maior participação do leite no VAB agropecuário municipal. Zona com menor percentagem de produtores arrendatários e de maior participação da agropecuária no total do VAB Municipal.

*Zona 03* - Formada pelos municípios de Roque Gonzales, Porto Xavier e Pirapó, a zona 03 diferencia-se das demais por ter inserida, na sua diversificada matriz produtiva, a cultura da cana-de-açúcar. Na Zona 03, são frequentemente encontrados estabelecimentos que beneficiam cana-de-açúcar, tendo como subprodutos a cachaça, o melado, a rapadura e o açúcar. Destaca-se a Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar de Porto Xavier (Coopercana), importante empreendimento que realiza a transformação da matéria-prima em álcool combustível.

Em 2004, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE, a cana-de-açúcar exercia uma participação no VAB dos municípios de Roque Gonzales e Porto Xavier da ordem de 9,47% e 12,28%, respectivamente, sendo que a cultura da soja representava nesses dois municípios um montante de 17% e 5%, respectivamente. No município de Pirapó, a cultura da cana-de-açúcar não tem tanta importância econômica, representando apenas 0,46% do VAB municipal, no entanto essa cultura é de fundamental importância no trato dos animais da pecuária de corte, especialmente, em períodos de estiagem, ou no inverno rigoroso.

Entre as características que fazem com que esse espaço agrário se diferencie dos demais, destaca-se: a maior percentagem de população rural (64,7%), o menor aumento do PIB nos últimos oito anos, o maior número de produtores ocupantes, em relação à condição do produtor, bem como o maior número de estabelecimentos com área inferior a 10 hectares.



Referente à matriz produtiva, extremamente diversificada em relação à da região (pecuária leiteira, alfafa, grãos, pecuária de corte, suinocultura, cana-de-açúcar), a Zona 03 apresenta o menor aumento no valor da produção de soja, bem como menor participação da cultura no VAB Agropecuário e, conseqüentemente, menor aumento de área plantada da cultura. Em contrapartida, a zona 03 registra o maior aumento de área plantada de milho nos últimos 8 anos.

*Zona 04* - Caracterizada especialmente pela associação de culturas de grãos e pecuária de corte em grandes propriedades, a Zona 04 é composta pelos municípios de São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, São Nicolau, Caibaté, Rolador e Mato Queimado. As principais atividades são a pecuária de corte extensiva e a cultura de grãos altamente mecanizada.

Analisando a estrutura fundiária da Zona 04, é possível identificar que pouco mais de 9% dos estabelecimentos agropecuários deste espaço agrário, os com mais de 100 hectares, detém, em média, 58% da área dos estabelecimentos da zona. Ao passo que, os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, representam 65% do total de estabelecimentos, ocupando 15,5% da área total do espaço agrário em questão. Portanto, percebe-se que nessa zona ocorre uma concentração significativa de terras. No entanto, a sua característica geral ainda é a de possuir estabelecimentos de porte médio.

A Zona 04 caracteriza-se também por apresentar menor área ocupada por lavouras permanentes. Em relação aos demais espaços agrários em estudo, essa zona tem uma diferenciação acentuada pois tem a menor participação da agropecuária no total do VAB municipal; bem como o menor aumento do VAB agropecuário nos últimos 8 anos, e a menor percentagem de população rural em relação aos demais espaços agrários em estudo.

*Zona 05* - Composta pelos municípios de São Miguel das Missões, Bossoroca, Garruchos e Santo Antônio das Missões, a Zona 05 traz como principal característica a pecuária de corte extensiva. Praticada de forma acentuada em toda a zona, a mesma se desenvolve cultuando antigas práticas e utilizando, de maneira pouco expressiva, novas formas para o manejo. Já nas áreas destinadas às culturas de grãos, percebe-se uma agricultura altamente tecnificada.

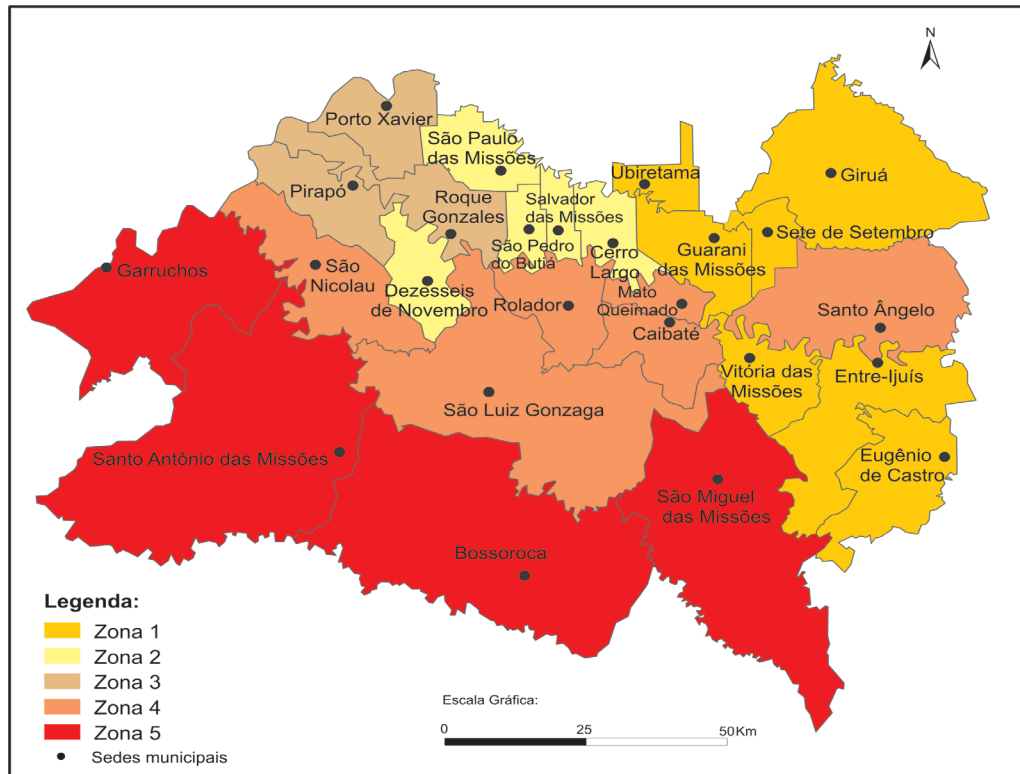
As médias dos estabelecimentos agropecuários da Zona 05 são de 69, 124, 98 e 80 hectares para os municípios de São Miguel das Missões, Bossoroca, Santo Antônio das Missões e Garruchos, respectivamente. Configurando assim a zona 05 com maior área média dos estabelecimentos agropecuários.

Além de apresentar o menor número de estabelecimentos com até 10 hectares, e o maior número de estabelecimentos com área superior a 100 hectares, a zona 05 traz ainda a menor área ocupada por lavouras temporárias, e a maior área ocupada pela pecuária, bem como a maior percentagem de arrendamentos. Registra-se nessa zona a franca expansão da cultura da soja, sendo que a mesma apresenta o maior aumento de área plantada nos últimos oito anos, além do maior aumento do PIB nos últimos oito anos.



Abaixo se apresenta a FIGURA 3, onde é possível a visualização espacial das zonas socioeconômicas no espaço agrário das Missões.

FIGURA 3 - Zonas Socioeconômicas da Região Missões/RS



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (adaptado), 2008.

Assim, após análise da região de estudo sob dois diferentes aspectos, foi possível a comprovação inicial de que a região COREDE-Missões apresenta diferentes espaços agrários homogêneos em seu território, e que a configuração dos mesmos resulta da influência de diversos fatores.

No QUADRO 1, apresenta-se essa configuração mais atual, tendo por base o processo histórico de diferenciação identificado nas Missões do Rio Grande do Sul.

Frente a este quadro comparativo, é possível destacar, inicialmente, a importância que as condições naturais iniciais da região tiveram para a sua evolução posterior. Ou seja, as condições naturais foram responsáveis pela evolução de dois distintos sistemas agrários que até nos dias atuais, de certa forma, exercem sua influência como, por exemplo, na questão fundiária.

QUADRO 1 – Comparativo entre a Configuração Histórica e a Configuração Atual dos municípios da região Missões frente aos Sistemas Agrários Identificados.

| Sistemas Agrários | Configuração Histórica (Municípios)   | Configuração Atual (Municípios)   |
|-------------------|---|---|
| <b>Campo</b>      | Bossoroca, Caibaté, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Mato Queimado, Pirapó, Rolador, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, Vitória das Missões. | São Miguel das Missões, Bossoroca, Garruchos, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, São Nicolau, Caibaté, Rolador, Mato Queimado Guarani das Missões, Giruá, Vitória das Missões, Entre-Ijuís, Eugenio de Castro, Sete de Setembro, Ubiretama. |
| <b>Mata</b>       | Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama.   | São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, São Pedro do Butiá, Roque Gonzales, Porto Xavier, Pirapó   |

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as atuais configurações dos sistemas agrários da região Missões, o fato que fica, e que se procurou demonstrar nesse trabalho, é que em um mesmo território, sempre julgado como homogêneo pelas políticas públicas<sup>6</sup>, identificam-se realidades completamente distintas. Tais realidades são, portanto, o que deveriam necessariamente ser consideradas na proposição de políticas públicas para o território em questão.

Na “nova” política de desenvolvimento Territorial, implantada pelo Governo Federal, considera-se que “o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento”, segundo MDA (2009). Não se questiona aqui, o princípio geral das políticas em bases territoriais, mas sim o perigo de repetir os erros das tradicionais políticas e ações gerais e padronizadas para os territórios, não considerando as diferenciações presentes no interior dos mesmos, nem os diferentes modos de vida, por exemplo.

Nesse sentido, é necessário que as políticas de desenvolvimento reconheçam e passem a utilizar essa diversidade. Isto significa dizer que as receitas comuns, válidas para todas as zonas, não podem ser mais admitidas,

<sup>6</sup> A região Missões é uma proposição de região homogênea partida do poder Estadual, através do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões, e o Território Missões é uma proposição do Governo Federal recentemente instaurada, em 2006.

da mesma forma que as abordagens verticais do tipo “de cima-para-baixo”, pois simplificam e ignoram as diferenças contextuais.

As políticas atuais, em específico, a de desenvolvimento territorial, até deixam bem clara a intenção, na construção das principais ações, ao colocar que há necessidade de descentralização das políticas públicas com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais, mas efetivamente o que se verifica são apenas intenções.

Dessa forma, esse artigo procurou, através da análise de uma situação concreta — Região Missões do estado do Rio Grande do Sul —, demonstrar os problemas ainda existentes na promoção do desenvolvimento territorial. Daí emergindo uma crítica às dificuldades do Estado e das sociedades em operar com a mudança de paradigma contida na nova ruralidade, de maneira a sustentar a definição e a implementação das iniciativas propostas com esse fim.

Logo, a partir da realidade verificada, mostra-se a necessidade de buscar não um novo critério de diferenciação espacial, mas mecanismos capazes de captar esta diversidade crescente intraespaços. As políticas, os instrumentos de gestão e desenvolvimento e a própria legislação brasileira devem ser concebidas com base sim em uma lógica territorial em vez de setorial, no entanto, nesse contexto, é fundamental que também sejam repensadas as abordagens e os instrumentos de diagnóstico/análise da realidade, os quais dão suporte aos mesmos. É necessário que as políticas de desenvolvimento reconheçam e passem a utilizar dessa diversidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (org.) **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3 ed., Passo Fundo, UPF, 2001.

BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora da Unijui, 1997.

BOHRER, R. S.; MIORIN, V. F. A espacialização formada pela paisagem da produção de cana-de-açúcar na agricultura familiar da região do Médio Alto Uruguai, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17. 2004, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 27 – 35.

COSTA, R. H. da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**: manual para especialistas. (Tradução Vitor de Athayde Couto). Salvador: EDUFBA, 2007.

DANS, G. D. Integración y Desarrollo Regional. IN: DANS, G. D.; VASSALLO, M. **Integración y Desarrollo Regional en Áreas de Frontera**. Montevideo: EPPAL, 1993.

ESTEVES, M. P.; CASTILLO, R. A. Tecnologias da informação no campo: normas presentes nos zoneamentos agrícolas da Amazônia legal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17, 2004, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 16 – 25.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural**. São Paulo: Editora Iglu/Fapesp, 2007.

FEATHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. Revista **Sociedade e Estado**. Brasília: Unb, v. 11, n.1, Jan-Jun, p. 9–42, 1996.

FROEHLICH, J. M. O 'local' na atribuição de sentido ao Desenvolvimento. **Textos CPDA**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1999.

GUERRERO, M. G. **La Red Social como Elemento Clave del Desarrollo Local**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.

HAAS, J. **As Diferenciações Transformações Sócio-Territoriais no Espaço Agrário das Missões/RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

HOFFMANN, R. Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil. In: RAMOS, P. et all. **Dimensões do Agronegócio Brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

MALUF, R. Atribuindo sentidos à noção de desenvolvimento econômico. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.15, Out, p. 53-86, 2000.

MATTOS, C.A. Desenvolvimento Sustentável nos territórios da globalização-alternativa de sobrevivência ou nova Utopia? In: BECKER, B.; MIRANDA, M. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAZOYER, M. Origens e Mecanismos de Reprodução das Desigualdades Regionais do Desenvolvimento Agrícola na Europa, 1981. Texto mimeografado.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MENDONÇA SANTOS, A. S. de. Modernização da agricultura no Brasil e no semi-árido sergipano: uma breve discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 116–123.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

MOURA, R. Dos Espaços sem Fronteiras às Fronteiras dos Espaços. In: CASTELO, I.R., et al. (Orgs.). **Fronteiras da América Latina: Espaços em transformação**, Porto Alegre, FEE/EDURGS, 1997.

NOGUEIRA, C. R. D. **O Turismo, o Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PAULA, T. P. G. **A Trajetória de Desenvolvimento no Ocidente e no Brasil**. 1993. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

PESAVENTO, S. J. **Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre a República Velha Gaúcha**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. (Tradução: Emery Ruras).

SANTOS, M. O Retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território-Globalização e fragmentação**, Campinas, Hucitec, 1996.

SARACENO, E. **Conceito de ruralidade: problema de definição em escala Européia**. 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>>. Acesso em: 22 set. 2000. (Tradução de Angela Kageyama).

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Coord.). **Sistemas agrários**

**do Rio Grande do Sul:** análise e recomendações de políticas. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o Desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'Teoria Aberta' do Desenvolvimento sócio espacial. Revista: **Território**. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ, n. 1, v. 1, jul/dez, p. 5-35, 1996.

TESCHE, R. W. **As Relações de Reciprocidade e Redes de Cooperação no Desempenho Socioeconomico da Agricultura Familiar:** o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Série Textos para Discussão**. Brasília: NEAD, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar:** Realidades e Perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

**APÊNDICE 1**

## Relação das Variáveis Utilizadas no Agrupamento dos Municípios

| <b>VARIÁVEL</b>                  | <b>TIPO DE VARIÁVEL</b>   | <b>FONTE</b>                     |
|----------------------------------|---|----------------------------------|
| <b>Nº de Estabelecimentos</b>    | <b>A</b> – Nº de estabelecimentos de 0 a 10 ha                          | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>B</b> – Nº de estabelecimentos de 10 a 20 ha                         | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>C</b> – Nº de estabelecimentos de 20 a 50 ha                         | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>D</b> – Nº de estabelecimentos de 50 a 100 ha                        | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>E</b> – Nº de estabelecimentos de 100 a 500 ha                       | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>F</b> – Nº de estabelecimentos de mais de 500 ha                     | IBGE 1996                        |
| <b>Área dos Estabelecimentos</b> | <b>G</b> – Área de estabelecimentos de 0 a 10 ha                        | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>H</b> – Área de estabelecimentos de 10 a 20 ha                       | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>I</b> – Área de estabelecimentos de 20 a 50 ha                       | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>J</b> – Área de estabelecimentos de 50 a 100 ha                      | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>K</b> – Área de estabelecimentos de 100 a 500 ha                     | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>L</b> – Área de estabelecimentos de mais de 500 ha                   | IBGE 1996                        |
| <b>Atividades Econômicas</b>     | <b>M</b> – Área ocupada por Lavoura Temporária                          | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>N</b> – Área ocupada por Horticultura / viveiros                     | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>O</b> – Área ocupada por Lavoura Permanente                          | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>P</b> – Área ocupada por Pecuária                                    | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>Q</b> – Área ocupada por Produção Mista (lavoura/pecuária)           | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>R</b> – Área ocupada por Silvicultura e Exploração Florestal         | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>S</b> – Área ocupada por Pesca e aqüicultura                         | IBGE 1996                        |
|                                  | <b>T</b> – Área ocupada por Produção de Carvão Vegetal                  | IBGE 1996                        |
| <b>Produtos Agrícolas</b>        | <b>U</b> – Participação do Milho no VAB agropecuário municipal          | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                                  | <b>V</b> – Participação da cana-de-açúcar no VAB agropecuário municipal | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                                  | <b>W</b> – Participação da soja no VAB agropecuário municipal           | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
| <b>Produção Animal</b>           | <b>X</b> – Número de bovinos abatidos no município                      | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                                  | <b>Y</b> – Número de bovinos vendidos no município                      | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                                  | <b>Z</b> – Participação da Pecuária no VAB agropecuário municipal       | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                                  | <b>AA</b> – Participação do leite no VAB agropecuário municipal         | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |



| VARIÁVEL                    | TIPO DE VARIÁVEL         | FONTE     |
|-----------------------------|--------------------------|-----------|
| <b>Condição do Produtor</b> | <b>BB</b> – Proprietário | IBGE 1996 |
|                             | <b>CC</b> – Arrendatário | IBGE 1996 |
|                             | <b>DD</b> – Parceiro     | IBGE 1996 |
|                             | <b>EE</b> - Ocupante     | IBGE 1996 |

### Relação das Variáveis Complementares

| Variável                  | Tipo de Variável  | Fonte                            |
|---------------------------|---|----------------------------------|
| <b>Área plantada</b>      | A1 - Aumento da área plantada de milho no município nos últimos 8 anos          | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | B1 – Aumento da área plantada de cana-de-açúcar no município nos últimos 8 anos | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | C1 – Aumento da área plantada em soja no município nos últimos 8 anos           | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | D1 - Aumento da produção leiteira nos últimos 8 anos                            | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
| <b>Lavoura temporária</b> | E1 – Área ocupada pelo milho em relação à lavoura temporária                    | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | F1- Área ocupada pela cana-de-açúcar em relação à lavoura temporária            | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | G1 - Área ocupada pela soja em relação à lavoura temporária                     | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
| <b>Valor da Produção</b>  | H1- Aumento do valor da produção de milho nos últimos 8 anos                    | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | I1- Aumento do valor da produção de cana-de-açúcar nos últimos 8 anos           | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | J1- Aumento do valor da produção de soja nos últimos 8 anos                     | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | K1- Aumento do valor da produção de leite nos últimos 8 anos                    | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
| <b>Variadas</b>           | L1- Participação da agropecuária no total do VAB Municipal                      | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | M1 - Aumento do PIB nos últimos 8 anos  | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | N1 - Aumento do VAB Agropecuário nos últimos 8 anos                             | FEE 1996, 1998, 2000, 2002, 2004 |
|                           | O1 - Área média dos estabelecimentos  | IBGE 1996                        |
|                           | P1 - População Rural  | IBGE 2000                        |
|                           | Q1 - Homens no meio rural   | IBGE 2000                        |

